

HISTORICIDADE DE UMA ANÁLISE SOBRE O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

HISTORICIDAD DE UNA ANÁLISIS SOBRE LA VISIÓN EMPRESARIAL EN LA EDUCACIÓN EN BRASIL

HISTORICITY OF ONE ANALYSIS ABOUT THE ENTREPRENEURSHIP OF EDUCATION IN BRAZIL

Maria de Fátima Felix Rosar¹

Resumo: O artigo trata do empresariamento da educação. Traz breve narrativa autobiográfica, ao situar o descompasso entre a concepção de administração escolar do curso de Pedagogia concluído e a atuação profissional, como diretora de escola de ensino médio e docente da disciplina administração escolar, a partir de uma visão crítica, ainda sem fundamentos, para uma análise histórica, adquiridos no mestrado em Administração e Supervisão Escolar da Unicamp. Evidencia a relação entre administração escolar e administração de empresa, sendo hegemonizada pelas corporações que mercantilizam a educação. Finaliza indicando concepções necessárias à prática pedagógica para formar educadores em direção à sociedade socialista.

Palavras-chave: educação - empresa – capitalismo

Resumén: El texto se ocupa de la educación con el espíritu empresarial. Trae una narrativa autobiográfica breve, indicando la brecha entre el diseño de la administración escolar en el Curso de Pedagogía completado y el desempeño profesional, como director de la escuela secundaria y profesor de la administración de la escuela, desde un punto de vista crítico, aún sin cimientos, a un análisis histórico, adquiridos en el máster en Administración y Supervisión de la Unicamp. Muestra la relación entre la administración de la escuela y la administración de empresas, con la hegemonía de las corporaciones que venden la educación. Termina indicando concepciones para la práctica pedagógica de formación de educadores hacia la sociedad socialista.

Palabras clave: educación - sociedad - capitalismo

Abstract: The article deals with the entrepreneurship of education. It brings a brief autobiographical narrative, placing the mismatch between the conception of school administration of the completed Pedagogy course and the professional performance, as director of a high school and teacher of the school administration discipline, from a critical view, still without fundamentals, to a historical analysis, acquired in the master's degree in Administration and School Supervision of Unicamp. It shows the relationship between school administration and business administration, being hegemonized by the corporations that sells education. It ends by indicating conceptions for the pedagogical practice to train educators towards socialist society.

Keywords: education - company - capitalism

Antecedentes históricos

Seria pouco provável que minha formação em Pedagogia, concluída na Universidade Federal do Maranhão, em 1975, tivesse me permitido superar a concepção de mundo disseminada durante os anos em que se estabeleceram condicionantes à educação, pela ditadura empresarial-militar, impondo constrangimentos ao pensamento progressista e crítico. Em 1979, ao ingressar no mestrado em

administração e supervisão escolar da Unicamp, tive acesso a novas concepções acerca da realidade, da pesquisa, da educação e da administração escolar, a partir de uma perspectiva crítica, ainda que se estivesse sob a censura de representantes da burocracia do estado.

No caso do estado de São Paulo, destacou-se o governador Paulo Salim Maluf, (março 1979/maio 1982), com o qual se defrontaram as forças progressistas da Unicamp, durante o histórico episódio da medida com a qual pretendeu impor à comunidade acadêmica, a presença de interventores para dirigirem os institutos. A comunidade acadêmica organizada em movimento unificado das três categorias: estudantes, professores e funcionários, rechaçou essa intervenção, convencendo os nomeados pelo governador a abandonarem os seus postos. Diante desse fato, instalou-se um impasse, depois solucionado quando tomaram posse os professores eleitos para os cargos de direção.

Esteve na liderança dessa resistência, entre outros militantes da comunidade acadêmica, o presidente da Adunicamp, Paulo Renato de Souza, que ocupou o Ministério da Educação no governo FHC e foi responsável pela implementação de medidas de caráter neoliberal no sistema educacional brasileiro, tendo como assistente a Secretária Executiva do MEC, que na atualidade ocupa o mesmo cargo. Ela afirmou, recentemente, em audiência com representantes do Proifes, que uma das metas não alcançadas naquele momento, será implementada agora: a cobrança de mensalidade nas universidades públicas.²

A referência a esses fatos históricos tem uma finalidade: ressaltar a continuidade de uma história da educação brasileira, cujas características principais são forjadas no interior dos aparelhos do Estado nacional, em tempos de governos ditatoriais ou de governos que se autodenominam democráticos e até democráticos-populares, mesmo quando esses conceitos não correspondem à realidade concreta de uma sociedade de classes, em que prevalece profunda desigualdade social.

Compreendendo-se o Estado, a partir do conceito gramsciano: sociedade civil + sociedade política, evidencia-se que a maior parte da sociedade civil, não alcançou potência política suficiente para definir os rumos econômicos e sociais do país, mesmo que setores da classe trabalhadora tenham demonstrado, ao longo da história brasileira, sua disposição e capacidade de lutar pelos direitos sociais e trabalhistas.

As lutas sociais registradas na história do Brasil mostram que existe consciência de classe e mobilização dos trabalhadores, no sentido de transformar o país, entretanto o processo de acumulação de capital e de poder nas mãos da classe hegemônica, tem sido o elemento mais determinante dos retrocessos impostos aos movimentos sociais, aos sindicatos e partidos políticos alinhados à concepção de um projeto nacional de desenvolvimento para a emancipação do sistema de exploração imposto pelo capitalismo.

Após ter sido graduada na Universidade Federal do Maranhão, fui selecionada para a direção de uma escola pública de ensino médio, a primeira a ser criada em Caxias-Maranhão, no ano de 1976. No mesmo ano, fui contratada como professora da Unidade de Estudos de Educação de Caxias (UEEC). Essa instituição de ensino superior foi integrada à Federação das Escolas Superiores do Maranhão, depois de sua fase inicial, como Faculdade de Formação de Professores. Nessa fase, contou com a presença de

docentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, que ministraram disciplinas por meio de convênio entre a USP e a Secretaria de Educação, em 1970. Nos anos 1980, a Federação transformou-se na Universidade Estadual do Maranhão e a UEEC foi incorporada como Centro de Estudos Superiores de Caxias (CESC), denominação que se mantém até o presente.

Acumulava a direção do Centro de Ensino de Segundo Grau “Aluísio de Azevedo” com a função de coordenadora acadêmica dos cursos de licenciatura da UEEC e a prática docente. Recém-formada e comprometida com um ideário composto de elementos derivados de uma visão humanista cristã, de uma percepção aguda em relação aos problemas sociais, desde adolescente, como presidente de grêmio estudantil, era movida pelo ideal de transformação da educação e da sociedade, ancorado nos princípios da igualdade, da justiça e da participação social. Estava convencida de que seria possível realizar uma prática pedagógica diferente se refletíssemos sobre os problemas e decidíssemos coletivamente, levando em conta os argumentos dos docentes, dos funcionários, dos estudantes e dos pais daquele centro de ensino.

Trabalhava com um conjunto de professores, muitos deles meus ex-professores no ensino fundamental e médio, que tinham formação diversificada, mas estavam convencidos de poderem refletir sobre o cotidiano escolar e assimilar novas concepções de educação, gestadas durante o funcionamento da escola, a partir do exercício de refinamento do bom senso produzido, coletivamente, naquele contexto social de restrição às iniciativas de oposição à ditadura.

Essa breve narrativa de caráter autobiográfico busca apenas demonstrar como uma trajetória marcada por fortes condicionamentos históricos gerou, contraditoriamente, um processo de desconstrução de parâmetros teóricos que não se coadunavam com o projeto educativo em construção no centro de ensino, a partir de uma prática pedagógica realizada na contramão do *mainstream*, em que prevaleciam o autoritarismo, o tecnicismo e o cerceamento ideológico na definição de objetivos e programas de ensino.

Gerou-se nesse contexto o questionamento das teorias da administração escolar, que não poderiam ser subsumidas aos pressupostos da administração de empresa relacionados à padronização, eficiência e produtividade. Iniciei, com os estudantes da UEEC, uma leitura crítica dos manuais de administração “científica” e dos livros de administração escolar da época³, que reproduziam em grande medida os conteúdos elaborados pelos teóricos que apreenderam as práticas de trabalho dos operários e transformaram-nas em conceitos e padrões para as linhas de produção.

Esses autores definiram os modos de realização do trabalho a ser efetivado por cada trabalhador, de modo a ampliar a mais valia absoluta e relativa em favor da acumulação do capital. Desde os primórdios da administração científica, com Taylor e Fayol, até as modernas escolas da administração, com conhecimentos absorvidos das teorias da psicologia, para forjar um modelo de relações humanas sem conflito entre o capital e o trabalho, estabeleceram-se formas de controle objetivo e subjetivo sobre os trabalhadores. Esse conteúdo foi sendo transposto para a educação, a partir dos manuais de administração escolar. Eram propostas adaptações para que a escola fosse concebida também como uma empresa.

A minha reação em face dessa abordagem não havia atingido ainda o nível de apreensão desse fenômeno, por meio de um método que permitisse compreender as raízes históricas, ideológicas, políticas e epistemológicas desse paradigma da administração escolar. Com meu ingresso no mestrado na Faculdade de Educação da Unicamp, em 1979, abriram-se novas trilhas de conhecimento que me permitiram produzir a dissertação publicada pela Editora Cortez e Autores Associados e depois pela Autores Associados.

A concepção crítica de administração escolar

O livro *Administração escolar – um problema educativo ou empresarial* tornou-se uma obra citada para os cursos de pedagogia e concursos públicos, inclusive no estado de São Paulo, em meados dos anos 1980.

Esse percurso precisava ser reconstituído, para ressaltar o caráter histórico da análise que venho elaborando sobre o empresariamento da educação no Brasil. Qual a chave epistemológica que foi apreendida durante a elaboração da pesquisa de mestrado? Confirmou-se a hipótese concebida, a partir da prática como diretora de uma escola de ensino médio e professora da disciplina administração escolar. Foi vivenciada, diariamente, a contradição entre o que se intentava fazer na escola, numa perspectiva de gestão democrática, embora nem mesmo tivesse sido concebido teoricamente esse conceito no Brasil, nos anos 1970, e as teorias da administração “científica” que, supostamente, deveriam ser conteúdo do curso de Pedagogia da UEEC.

A produção de um novo conhecimento na área da administração educacional, colocou-me num estágio de pesquisa que contribuiu para desvelar uma lógica derivada do modo de produção que regula os processos de organização do trabalho manual e intelectual na sociedade capitalista. Sob essa lógica, interessa ao capitalismo homogeneizar a organização do trabalho, de tal modo que se diluam especificidades dos processos subjetivos no nível da produção de ideias, conceitos, concepções, objetivos, finalidades últimas das empresas, instituições da cultura, da educação e no nível da materialidade concreta.

A lei que rege essa dinâmica está condicionada pelo modo de produção capitalista e deve se mostrar a sua cientificidade na concepção das linhas de produção e dos padrões de conduta de operários de fábrica e de educadores numa escola que, de acordo com o pensamento neoliberal, deve também funcionar como uma empresa, com tempos calculados, jornadas de trabalho definidas e supervisionadas, resultados pré-concebidos.

Não cabe, do ponto de vista do capitalismo, distinguir objetivos do desenvolvimento humano, daquilo que diz respeito aos objetivos da produção, mercantilização e reprodução de processos, objetivos, perfis profissionais e padrões de conduta estandarizados. Vende-se na atualidade quase tudo que existe sobre o planeta terra, inclusive a água que está no seu subsolo, e até mesmo órgãos extraídos de crianças traficadas, para os negócios realizados na área da saúde dos humanos. Compra-se e vende-se também bens imateriais, a consciência e o pensamento, como instâncias que compõem a subjetividade profunda dos

homens e mulheres instados pela luta para sobreviverem; e de homens e mulheres despedidos de ética, que negociam as riquezas nacionais, o patrimônio natural e histórico pertencente à população brasileira.

Nesse contexto, pode-se compreender de que modo no transcorrer da história da educação, dos anos 1970 do século XX até a segunda década do século XXI, foi se materializando a tendência de empresariamento da educação, mediante o processo de mercantilização da educação e pela via da privatização da gestão das escolas públicas e privadas, tanto na dimensão administrativa, como na dimensão pedagógica. Essa tendência, de acordo com os delineamentos dos organismos internacionais, fundamentou a reforma do Estado implementada no governo FHC, capitaneada pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (Mare), a partir de 1995.

Para que esse processo ganhasse concretude foi se expandindo a apropriação privada da *res publica*. O Estado, mesmo que jamais tenha sido no mundo real, o que havia concebido Hegel, de modo idealista, como demonstraram Marx e Engels, não havia ainda alcançado uma aderência tão ampliada aos desejos dos “donos dos negócios” em todos os setores de funcionamento da economia. Na atualidade, estão representados nos três poderes da República, os interesses do agronegócio, indústria, finanças e, sobretudo, desde os anos 1990, da produção de serviços nas áreas dos transportes públicos, saúde, educação, cultura, incluindo o setor de igrejas de várias denominações, principalmente, as que difundem a teologia da prosperidade.

Impôs-se, no século XX, uma dinâmica paradoxal que opõe elementos de fetichização, permitindo desvelar-se a essência dos processos que estavam camuflados e adquirem transparência e visibilidade contundentes. Por outro lado, também ocorre o aprofundamento do grau de intervenção na subjetividade humana, induzindo desejos, pensamentos, estilos de vida e modas de como pode-se viver, morrer e ser velado.

Vive-se os efeitos da agudização da voracidade do capital que, em períodos de crise estrutural avançada, acelera o funcionamento do sistema capitalista mundial, no qual prevalece o movimento de construção-destruição-reconstrução, absorvendo sempre, e cada vez mais, recursos públicos para fazer gerar mais capital, sem perda de lucratividade. As guerras são o exemplo mais concreto desse movimento.

Sob o predomínio do capitalismo financeiro, que opera a fórmula da “transformação do dinheiro em mais dinheiro”, as grandes corporações operam um conglomerado de atividades econômicas em áreas diversificadas. Um exemplo: bancos são donos de financiadoras de crédito, fundos de pensão, indústrias, latifúndios, comércio de commodities, universidades, planos de saúde e também de empresas de transportes, mercado de arte, redes de rádio e tv. Concretamente, resulta dessa dinâmica um monopólio de empresas e de corporações que acumulam lucro em todos os setores de empresariamento e mantém a sua hegemonia, acirrando a contradição entre as classes antagônicas no capitalismo.

Nesse contexto, o Estado é um aparelho a serviço desses interesses, portanto a serviço da financeirização da economia, como nos esclarece Paulo Kliass, em artigo divulgado no Boletim Carta Maior e no Boletim Outras Mídias, no dia 07 de abril do ano em curso. Em texto didático, com informações importantes que não circulam na mídia convencional, o autor afirma:

O Banco Central (BC) acaba de divulgar seu [Relatório Mensal sobre a Política Fiscal](#) do governo brasileiro. Dentre as inúmeras informações relativas ao desempenho da equipe econômica no campo da administração da questão fiscal, vale a pena destacar os números que retratam o comportamento das despesas financeiras da administração pública federal.

De acordo com o levantamento apresentado pelo BC, ao longo do mês de fevereiro, o valor referente ao total de juros pagos pelo governo atingiu o montante de R\$ 30,7 bilhões. Isso significa que, no acumulado dos últimos 12 meses, a União transferiu ao setor financeiro um volume de R\$ 388 bi, em razão dos compromissos assumidos com cada uma das muitas modalidades do extenso cardápio que compõe o estoque de títulos de nossa dívida pública.

O domínio do aparelho do Estado pelo capitalismo financeiro poderá favorecer a desconstrução do mito do Estado Democrático.⁴ Ainda com a análise de KLIASS, constata-se:

Um dos aspectos mais paradoxais desse fenômeno reside no tratamento absolutamente desigual que o comando da economia confere aos diferentes tipos de gasto público. O ministro da Fazenda e seus subordinados enchem a boca com muito orgulho para exibir as informações de um suposto “sucesso” obtido nos cortes de verbas e nos contingenciamentos das rubricas do Orçamento nas áreas sociais e nos investimentos a serem realizados pelo Estado. Esse tem sido um dos principais fundamentos da política macroeconômica desde a edição do Plano Real em 1994. A garantia do compromisso assumido junto ao mercado financeiro é sempre considerada como variável “imexível” do modelo.

A tentativa de conferir ares de normalidade a tamanha excrescência em termos de implementação de políticas públicas recebeu o nome pomposo de “superávit primário”. Esse foi o artifício jurídico e conceitual utilizado pelos defensores dos interesses do sistema financeiro para justificar perante a sociedade o tratamento escandalosamente regressivo e injusto que passou a ser dado aos gastos de natureza financeira frente aos demais gastos do setor público. Assim, tal determinação passou mesmo a ser objeto de obrigação legal, segundo as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101/2000.

Não resta dúvida, nem teórica, nem prática, de que esse modo de condução do Estado e da economia no Brasil, produz efeitos devastadores nas políticas de educação e de saúde. Configuram-se os ministérios, as secretarias estaduais e municipais de acordo com os princípios da moderna gestão, transformando titulares dessa área em “gestores”, “gerentes” aos quais é transmitido o léxico das teorias da administração empresarial. Além disso, são apresentadas as formas de se tornarem especialistas em gestão de recursos humanos, para conduzirem os educadores que se tornam profissionais supervisionados, avaliados, premiados ou desqualificados, segundo os parâmetros da produtividade, eficiência, racionalidade e “qualidade total”.⁵

Estamos em pleno século XXI, constatando a objetivação, em níveis de profundidade e de capilaridade nunca alcançados antes, de uma teoria da administração empresarial, veiculada pelos meios de comunicação de massa que se tornaram “agências de educação popular”. Por meio de seus programas e das publicidades divulgadas em rede nacional, disseminam e consolidam uma visão de mundo adequada à ideologia capitalista. Esse sistema globalizado alcançou uma escala mundial de produção de ferramentas destinadas a induzir a homogeneização de pensamentos, sentimentos e ações, como se pode constatar por meio do conteúdo que circula nas redes sociais.

Esse conteúdo naturaliza, em nível de senso comum, as concepções mais retrógradas, originadas em períodos obscurantistas vividos dolorosamente pela humanidade, nos episódios de inquisição e tortura

de homens e mulheres, que defenderam um projeto de desenvolvimento e emancipação da humanidade, em vários períodos da história.

No Brasil, um aglomerado de grandes corporações detém, nas últimas décadas, desde os mandatos recentes do governo Dilma Rousseff, e, de modo ainda mais visível, no atual governo ilegítimo de Michel Temer, o controle do Ministério da Educação, sob a consigna do Movimento Todos Pela Educação, que tem como uma de suas consultoras a atual secretária executiva do ministério.

O que pretendem alcançar essas corporações? O direito do livre comércio na área da educação, tornando-a uma mercadoria a ser comercializada em todos os níveis de ensino e em todas as dimensões possíveis. Realizam a disseminação de uma concepção de educação para o empreendedorismo (objetivos da reforma do ensino médio), a metrificação do conhecimento (padrões de avaliação utilizados em todos os níveis de ensino), a privatização de aspectos do processo de funcionamento das escolas: venda de materiais didáticos, uso de recursos públicos para fortalecer empresas privadas do setor de alimentos e transporte escolar, realização de programas de formação continuada de professores, monopólio das redes de educação à distância e produção de publicações adequadas ao *mainstream* da educação para a eficiência, “sucesso” e “realização pessoal”.

Na educação, no Brasil e na maioria dos países, essa tendência progrediu rapidamente, de modo que se constata o predomínio de agentes de empresas nacionais e internacionais no processo de concepção e planejamento, definindo objetivos, planos e programas de educação do país no setor público e privado, à luz de experiências dos EUA, Inglaterra e Canadá.⁶ Vem ocorrendo de modo implícito uma adequação do sistema educacional ao capitalismo cognitivo. Segundo Ferreira (2017), “a popularização de tablets, smartphones, aplicativos e comunicadores instantâneos desde o início foram formas de capacitação informais das competências esperadas pelo Capitalismo Cognitivo”.⁷

A contradição como elemento fundamental da pedagogia da desconstrução da ideologia do empresariamento da educação

Na disciplina história da educação brasileira tem predominado o estudo das teorias da educação de corte liberal e neoliberal, a biografia de pensadores clássicos da educação, modelos de sistemas de ensino, sobretudo os que oferecem sustentação à defesa de uma prática pedagógica convergente com a ideologia dominante. Assim, a escola pública continua sendo, na maior parte dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, o *locus* privilegiado de disseminação do modo de vida capitalista. Nela não se oferece, quase nunca, a condição de apreender o conteúdo clássico e revolucionário da educação. Por outro lado, não se leva em conta, quase nunca, a concepção de mundo que constitui a subjetividade da população escolarizável, filhos e filhas de classes historicamente subalternizadas.

Para realizar-se a superação de elementos de um modo mais sincrético de compreensão de mundo, em que se misturam conhecimentos empíricos e crenças em um mundo mágico e composto por superstições, é fundamental conhecer as raízes históricas dessas concepções, e realizar-se um trabalho pedagógico capaz de permitir a construção de um pensamento potente, constituído pelos elementos apreendidos na realidade objetiva e explicados do ponto de vista histórico e crítico.

O objetivo desse trabalho pedagógico não pode negar as raízes das concepções de mundo de culturas ancestrais herdadas por diferentes grupos étnicos-raciais, mas pode, compreendendo sua gênese, promover novos processos de produção de conhecimento para que se identifique, incorpore, supere, produza e dissemine uma nova prática de trabalho intelectual e, portanto, de construção de conhecimentos em favor da emancipação humana no século XXI.

Partindo-se dessa realidade, com a perspectiva de adoção de uma pedagogia revolucionária, há que se ampliar os coletivos que pesquisam e atuam, no sentido de transformarem os processos formativos destinados à constituição de educadores-militantes. Há coletivos como o HISTEDBR e a ABEM, entre muitos outros, dedicados à difusão de teorias da educação críticas, como a pedagogia histórico-crítica. Saviani é um dos intelectuais que tem contribuído com suas elaborações na área da educação, para o fortalecimento de uma vertente contra hegemônica ao ideário liberal, ancorada no pensamento de Marx e Gramsci.

Porém, esse tipo de construção teórica, como também a pesquisa de práticas pedagógicas emancipadoras, como as do MST, ainda não foi priorizada nos cursos regulares de formação de professores, nas universidades públicas e, menos ainda, nas universidades privadas, em que o conteúdo é reproduzido pelos professores aos quais são atribuídas tarefas relativas à função de “repetidores” do material didático fornecido pela empresa.

Claro está que a luta de classes que perpassa a sociedade capitalista, o Estado capitalista e a escola capitalista não poderia ter concretizado outras características no âmbito da educação. O capitalismo não prometeu inclusão, democratização e socialização de bens materiais e imateriais. Ele não se envolveu com um processo de emancipação humana, desde a sua gênese. Pelo contrário, construiu um modo de produção que requer força de trabalho sob seu controle, de forma imediata e mediata, para produção de mercadorias a serem ofertadas aos consumidores no mercado global, favorecendo alta lucratividade para os donos dos meios de produção e do capital.

Não há porque esperar pela humanização do capitalismo. Há que se concentrar a inteligência e a sensibilidade dos educadores-coletivos, para compreenderem que a prática de trabalho docente requer um compromisso com outros processos educativos inspirados na concepção de uma nova sociedade. É necessário ter consciência de que o novo modo de sociabilidade humana passa necessariamente pela transformação do modo de produção da vida física, material e da existência cultural dos homens e mulheres. Nessa perspectiva, há lugar para o indivíduo na sua dimensão pessoal e coletiva, trabalhando para a emancipação humana de um sistema que aprisiona mentes e corações, extraíndo deles tudo que pode ser mercantilizado. Entretanto, mediante uma prática social, coletiva e solidária, poderão ser desconstruídos os fundamentos do liberalismo e construídos os fundamentos do socialismo na atualidade.

Referências:

ALONSO, Myrtes. O papel do diretor na administração escolar. São Paulo: Difel, 1976.

KLIASS, Paulo. O Brasil sob a ditadura financeira. Boletim Carta Maior & Boletim Outras Mídias, 07/04/2017. <http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/o-brasil-sob-a-ditadura-financeira/>

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã II. Lisboa. Presença, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã I. Lisboa, Presença, 1980.

RIBEIRO, José Querino. Ensaio de uma teoria da administração escolar. São Paulo: Saraiva, 1978.

ROSAR, M. F. F. Globalização e descentralização: o processo de desconstrução do sistema educacional brasileiro pela via da municipalização. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, 1995.

ROSAR, M. F. F. Administração escolar – um problema educativo ou empresarial. 5ª.ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

ROSAR, M. F. F. O mito do estado democrático: entre a ágora e o mercado: a subsunção do direito das populações empobrecidas à educação democrática, gratuita e de qualidade. IN: Rosar, M.F.Felix; Hora, Lícia C. A. da. Trabalho & educação de jovens e adultos no Maranhão. 1.ed.São Paulo, Outras Expressões, 2015, p. 11-30.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas,SP: Autores Associados,2008.

Notas:

¹ Doutorado em Filosofia e História da Educação pela Unicamp. Estágio de pós-doutorado em Política Educacional na USP. Docente da UFMA e integrante da coordenação colegiada do HISTEDBR-MA.Professora visitante sênior da UEMA/Centro de Estudos Superiores de Caxias. Email: mffrosar@uol.com.br

² Em audiência com dirigentes do Proifes -Federação, a secretária executiva do ministério da Educação (MEC), professora Maria Helena Guimarães de Castro, defendeu veementemente a cobrança de mensalidades nas universidades e institutos federais. A reunião, em Brasília, ocorreu no dia 16 de fevereiro passado. (<http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/secretaria-do-mec-defende-cobranca-de-mensalidades>).

³ Myrtes Alonso e José Querino Ribeiro publicaram obras de referência usadas nos cursos de Pedagogia, na área da administração escolar.

⁴ ROSAR, Maria de Fatima Felix. O mito do estado democrático: entre a ágora e o mercado: a subsunção do direito das populações empobrecidas à educação democrática, gratuita e de qualidade. IN: Rosar, M.F.Felix; Hora, Lícia C. A. da. Trabalho & educação de jovens e adultos no Maranhão. 1.ed.São Paulo, Outras Expressões, 2015, p. 11-30.

⁵ Esse conteúdo foi disseminado durante a implementação das reformas educacionais nos anos 1990, durante o Gov. FHC. Seus desdobramentos e ramificações se fizeram ampliar durante os governos Lula da Silva e Dilma Roussef, no período de 2003 a 2016, adquirindo configurações ainda mais drásticas no atual governo Michel Temer, que mesmo sendo ilegítimo está concretizando cortes de recursos e a implementação de novas reformas de ensino, comprometendo ainda mais a qualidade da educação pública brasileira.

⁶ “É no mínimo curioso que as propostas de reforma do ensino médio tenham ganhado força logo quando a tutela do MEC passa para as mãos de jovens empreendedores e ex-Lemann fellows (o apelido dado aqueles que receberam bolsa da Fundação Lemann). O Diário Oficial da União do dia 2 de setembro avisou sobre a nomeação de Teresa Pontual, ex-bolsista da fundação, para a Diretoria de Currículos e Educação Integral do MEC. Menos de um mês depois, a MP foi assinada. Outro exemplo é o caso de Maria Helena Guimarães de Castro, uma das sócias-fundadoras do Todos Pela Educação e membro da comissão técnica do movimento, hoje secretária-executiva do MEC à frente da reforma.” <https://theintercept.com/2016/11/04/conheca-os-bilionarios-convidados-para-reformar-a-educacao-brasileira-de-acordo-com-sua-ideologia/>

⁷<http://cinegnose.revistaforum.com.br/2017/04/20/uberizacao-da-educacao-saem-pedagogos-e-construtivismo-entram-gestores-e-neurociencias/>

Recebido em: 08/06/2017

Acceto em: 06/07/2017.